

**OLHARES  
SOBRE O**

**VOLUME I**

**EN  
VE  
LHE  
CI  
MEN  
TO**

**ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES**

**Joaquim Pinheiro** (Coordenador)  
Prefácio de **Teresa Rodrigues**

<http://cda.uma.pt>



## PREFÁCIO

Existem vários tipos de envelhecimento. Para além do envelhecimento físico (biológico) que afeta cada um de nós, as sociedades com melhores indicadores de qualidade de vida tendem desde o século passado a transformarem-se em termos de estrutura etária, aspeto que hoje tende a tornar-se global e abranger um número crescente de regiões.

De forma simples, falamos de um processo de transformação causado pela aproximação gradual (e durante um período longo e sustentado) dos totais de nascimentos e de óbitos em uma dada população. Nas sociedades em processo de envelhecimento coexistem dois eventos simultâneos: a descida dos níveis de fecundidade provoca a redução da população nos primeiros escalões etários (o chamado envelhecimento na base) e a descida dos níveis de mortalidade e acréscimo do total de anos de vida leva ao aumento dos efetivos nos escalões etários mais idosos (ou seja, o envelhecimento no topo). Na verdade, todas essas sociedades se tornam gradualmente triplamente envelhecidas, porque possuem cada vez menos jovens, cada vez mais idosos (e estes com idades cada vez mais avançadas) e a população adulta (e ativa) tem médias de idade cada vez mais altas, ou seja, também está a envelhecer.

Os números inquietam e explicam a conotação negativa que persiste em relação à forma como olhamos as consequências do fenómeno de envelhecimento, esquecendo quanto o facto reflete conquistas inegáveis em termos de bem-estar e desenvolvimento. No entanto, nunca devemos perder de vista que o envelhecimento é um fenómeno positivo, quer para o indivíduo, quer para as sociedades, testemunhando os progressos realizados pela humanidade em termos económicos, sociais e biomédicos. Mas esta mudança socialmente assumida como positiva que decorre do aumento da longevidade gerou uma série de consequências complexas e gravosas para as sociedades contemporâneas, porque coincidiu com a redução dos níveis da fecundidade e alterou os princípios de organização social vigente.

Nas sociedades envelhecidas os cidadãos morrem cada vez mais tarde, mas nascem cada vez menos. A mudança altera o total de contribuintes e o quadro das necessidades de cuidados e serviços. Até que ponto a redução da razão entre jovens e idosos e o aumento destes últimos pode aumentar os custos com saúde e com pensões e reformas, num contexto recessivo da força ativa que assegure os respetivos pagamentos? Pode a alteração do perfil das populações do futuro mitigar o tão temido cenário de insustentabilidade do sistema de proteção social? Que soluções se exigem, de quem devemos esperar e a quem podemos exigir respostas consistentes e sustentáveis? Demografia e política interinfluenciam-se e as características da população não podem ser ignoradas no gizar de medidas e decisões racionais e sustentáveis. Assim, é certo que a dinâmica de dada população importa e muito, mas a definição de prioridades políticas adequadas às características e perfis da população também. Ou ainda mais!

Com efeito, o envelhecimento demográfico das sociedades gera desafios incontornáveis e de evolução certa, que exigem capacidade de olhar o presente com olhos no futuro.

Sabemos com elevado grau de certeza como serão as sociedades do futuro e sobretudo que vamos ser diferentes e talvez até mesmo menos em número total, mas desconhecemos parte do processo que nos leva até lá e hesitamos sobre as opções e estratégias de intervenção para evitar o indesejado e potenciar o que queremos que suceda. Existe ou vai existir um problema demográfico associado ao fenómeno de gradual globalização do envelhecimento?

Como fazer para encontrar formas de garantir que a expectável redução populacional e envelhecimento etário não irão comprometer os níveis de bem-estar social coletivo já alcançado ou gerar obstáculos à sua melhoria? O repto que enfrentamos pressupõe a capacidade para encarar a mudança em curso e criar condições para permitir a cada indivíduo ajustar e adequar os seus comportamentos a um ciclo de vida mais longo e com novas etapas biológicas, sociais e produtivas individuais e familiares. Menos população pode representar um futuro mais positivo, porque falamos de novas populações, mais informadas, com maiores níveis educativos, comportamentos mais sustentáveis, melhor saúde, maior capacidade de consumo e condições de vida. É possível que sejamos cada vez menos, mas mais importante que a ordem de grandeza é a mudança de perfil desta nossa “nova” velha população. Menos em número, menos jovens, mais velhos, mais instruídos e mais saudáveis, diferentes em origens. A grande aposta é saber mitigar o indesejado, aproveitar as oportunidades e remover obstáculos. Educação, saúde e organização do mercado de trabalho são os vetores essenciais de mudança dos últimos anos e serão fundamentais para antever problemas e soluções para o futuro que é já hoje.

Este aspeto é particularmente relevante se olharmos para Portugal. Somos o 4º país mais envelhecido da Europa e o 5º do Mundo, existem (2020) mais de 161 idosos por cada 100 jovens, o número médio de filhos por mulher (1,42), está muito aquém do necessário para garantir a renovação das gerações (2,1). Faltam jovens e o volume de idosos ou muito idosos tem subido de forma expressiva (6,5% da população tem 80 ou mais anos). Por cada idoso existem 3 adultos em idade ativa, cuja idade média tem aumentado consecutivamente, embora mitigada pelos imigrantes que, de acordo com o último recenseamento geral efetuado em 2011, eram quase 8 anos mais jovens que os cidadãos portugueses, mas representam apenas 5,7% do total de residentes (PORDATA).

O nosso país enfrenta as consequências decorrentes de uma sociedade pós-transição triplamente envelhecida e a insegurança relacionada com a evolução dos principais indicadores demográficos e o seu impacto em termos de desenvolvimento económico e níveis de bem-estar social. Um dos maiores com que hoje e no curto-médio prazo Portugal se confronta está associado ao impacto que a evolução quase certa de alguns indicadores demográficos poderá ter em termos de desenvolvimento económico e níveis de bem-estar social. Como principais incertezas destacam-se as geradas direta ou indiretamente pelo rápido e consistente fenómeno de envelhecimento etário, pela manutenção de níveis baixos de fecundidade e pela reduzida atratividade migratória nacional. Até que ponto estas características condicionam o presente e o futuro?

No séc. XXI continuamos a não saber viver o envelhecimento. Neste contexto de transformação das estruturas etárias e por sexos há que saber viver com a mudança. O envelhecimento demográfico é um dos maiores desafios das sociedades humanas. Tem

consequências a nível económico e social que não têm necessariamente de ser negativas, mas que exigem planeamento e uma mudança de paradigma. A mudança traz consigo novas prioridades políticas na esfera de saúde, das infraestruturas educativas e de apoio social direcionado para os diferentes grupos etários e torna necessária uma reflexão sustentável e integrada sobre a programação e planeamento dos equipamentos públicos e das estratégias de governação. É preciso encarar a renovação em curso. A responsabilidade da adaptação e mitigação não compete apenas aos decisores políticos, mas deve ser estendida aos diferentes atores com responsabilidade em termos económicos e sociais (empregadores, *stakeholders*, líderes de opinião e religiosos). E também aos cidadãos. Nenhuma mudança será possível sem que exista uma coincidência entre enquadramento legislativo e escolhas individuais. O discurso que predomina em muitas sociedades de hoje continua a ser o de delegar nos responsáveis políticos o futuro, mas esta aparente passividade deve ser substituída por atitudes proactivas, numa perspetiva de complementaridade. Sugerem-se três tipos de medidas integradoras: a emergência de uma política global da idade, que articule os critérios de análise às novas realidades da sociedade de risco; a configuração de uma plataforma estratégica com vista a uma mudança de atitude face aos idosos; o fim da Terceira Idade: repensar todos os grupos etários e as idades de reforma precoce, reforma tardia e velhice.

É possível mudar o que parece inevitável. O envelhecimento das estruturas etárias é incontornável e tem efeitos nos modelos de fecundidade, reafirmando a urgência de medidas adequadas de apoio à família. Mas tem ainda outras consequências imediatas, provocando a alteração dos volumes de ativos, a necessidade de criação de serviços de apoio aos mais velhos, a reformulação do sistema de pensões e o repensar dos cuidados de saúde, direcionados para novos tipos de população, numa sociedade onde as famílias são reduzidas e instáveis e onde as redes familiares e comunitárias de solidariedade, que substituíam no passado recente os cuidados formais, deixaram de funcionar. Trata-se de mitigar o indesejado, aproveitar as oportunidades e remover obstáculos a três níveis distintos: políticas de imigração e acolhimento; políticas de natalidade e família, políticas de educação e emprego. Educação, saúde e organização do mercado de trabalho são os vetores essenciais de mudança dos últimos anos e serão fundamentais para antever problemas e soluções para o futuro que é já hoje.

Será preferível continuar a tentar mudar perfis demográficos ou antes procurar recriar estratégias que permitam transformar em janelas de oportunidade as vulnerabilidades potenciais de uma população portuguesa que será necessariamente diferente, num mundo também diferente? Uma nova população? Ou devemos olhar o futuro e assumir a redução populacional e a transformação como provável, mas gerível no que tem de potencialmente menos positivo. Poderá a alteração do perfil dos futuros residentes atenuar ou, quem sabe, anular o tão temido cenário de insustentabilidade do sistema de proteção social ao reduzir a pressão sobre os serviços? Quais as prioridades e o que podemos e devemos fazer para garantir o melhor equilíbrio possível entre qualidade e satisfação em equipamentos e no acesso a cuidados de saúde, educação, emprego, lazer e cultura, num contexto em que seremos provavelmente menos e seguramente diferentes?

Para que deixe de existir o problema do envelhecimento é necessário desenvolver políticas que incentivem naturalmente os indivíduos a ajustar e adequar os seus comportamentos a um ciclo de vida mais longo e com novas etapas biológicas, sociais e produtivas. O impacto do envelhecimento demográfico deve ser medido enquanto bem-estar futuro e não crescimento do PIB, e o facto de deduzirmos que o mesmo implica a redução do rendimento *per capita* não é sinónimo de redução de bem-estar.

O desafio do envelhecimento está muito longe de ser uma simples questão demográfica. É sim uma questão de adequação da política económica, social e das instituições. Porque não se alteram comportamentos sem alterar mentalidades.

É certo que na atualidade as questões populacionais figuram com crescente regularidade nos debates e nas agendas políticas, mas a sua compreensão exige uma análise e uma ótica prospetiva que envolva académicos, atores e decisores políticos, o que ainda continua a não acontecer com a necessária frequência. Assim, a divulgação de estudos que, em diferentes óticas, se empenham em saber mais sobre o tema do envelhecimento demográfico, na sua dupla aceção individual e coletiva, são bem-vindos e nunca serão demais. No entanto, em nosso entender, eles devem ter em vista, para além do estrito propósito científico, dar informação relevante e objetiva, que contribua também para a tomada de decisões crescentemente articuladas em sede de políticas públicas e privadas...e em sede de vivências sociais.

Economia, gestão, arquitetura e design, sociologia, segurança pública, medicina e assistência social...Das diferentes formas de ver surgem respostas inovadoras e inesperadas, cuja articulação e saudável confronto académico promovem soluções e mais-valias para “olhar o envelhecimento”. É essa viagem que vos propomos nas páginas seguintes.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2021

TERESA RODRIGUES

IPRI, Departamento de Estudos Políticos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa